

## **PROJETO DE LEI Nº     , DE 2013**

**(Do Sr. Carlos Souza)**

Acrescenta o art. 19-A à Lei nº 9.492/97, que “define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei acrescenta o art. 19-A à Lei nº 9.492/97, que “define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências”, a fim de eximir o contribuinte e o consumidor do pagamento de valores devidos em razão de protesto.

Art. 2º. A Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 19-A:

*“Art. 19-A. Decorridas 24 horas após a quitação do débito pelo contribuinte ou consumidor, o órgão público, a empresa pública, a empresa concessionária de serviços públicos, a empresa delegatária do poder público ou a empresa privada, deverão, à sua custa, providenciar a baixa de título ou documento de dívida apresentado ao cartório para protesto.*

*§ 1º. Sem prejuízo de outras sanções civis, administrativas ou penais, o descumprimento do disposto no caput sujeita os infratores às seguintes penalidades:*

*I – prevaricação do dirigente, se órgão público ou empresa pública;*

*II - revogação de concessão ou permissão de uso e multa, se empresa concessionária de serviços públicos ou empresa delegatária do poder público;*

*III - cassação de licença do estabelecimento ou de atividade e multa, se empresa privada.*

*§ 2º. As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa.*

*§ 3º. A pena de multa, em montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (UFIR), ou índice equivalente que venha a substituí-lo, será revertida para o Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.”*

*Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.*

## **JUSTIFICAÇÃO**

Os cartórios são instituições encarregadas do registro público e, por conseguinte, desempenham importante papel para o desenvolvimento social e econômico. Garantem a publicidade, eficácia, autenticidade e segurança dos negócios jurídicos.

Uma das atribuições dos cartórios é a execução de serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida.

Em verdade, compete privativamente ao tabelião de protesto de títulos, na tutela dos interesses públicos e privados, a

protocolização, a intimação, o acolhimento da devolução ou do aceite, o recebimento do pagamento, do título e de outros documentos de dívida, bem como lavrar e registrar o protesto ou acatar a desistência do credor em relação ao mesmo, proceder às averbações, prestar informações e fornecer certidões relativas a todos os atos praticados.

Com efeito, o protesto extrajudicial é ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação em títulos de crédito e outros documentos de dívida (art. 1º da Lei nº 9.492, de 10/09/97). Note-se, pois, que o protesto extrajudicial não cria direitos, é simplesmente instrumento por meio do qual se faz prova da falta ou recusa, total ou parcial, do aceite ou do pagamento de um título cambial.

No protesto, o devedor é intimado a pagar ou providenciar a sustação do ato extrajudicial lavrado contra si. Portanto, o protesto tem por finalidade oferecer oportunidade para que o devedor pague o seu débito, antes de uma execução judicial.

O pagamento do título ou do documento de dívida apresentado para protesto será feito diretamente no tabelionato competente, no valor igual ao declarado pelo apresentante, acrescido dos emolumentos e demais despesas. Nesse caso, os valores devidos pelo protesto, decorrentes de custas e emolumentos e demais despesas, são da responsabilidade do devedor.

Ocorre, porém, que em algumas hipóteses não é justo atribuir-se ao devedor a responsabilidade pelo pagamento das despesas do protesto. Esse é o caso de atos lavrados contra consumidores e contribuintes.

Em verdade, o consumidor, nas relações de consumo, e o contribuinte, nas relações fiscais, são respectivamente mais fracos, do ponto de vista econômico, técnico e jurídico, do que os fornecedores e o Estado. Em outras palavras, tanto o consumidor quanto o contribuinte são categorias consideradas hipossuficientes.

Sendo assim, diante da condição de hipossuficiente dos consumidores e contribuintes, a lei deve conter mecanismos que tenha por objetivo reestabelecer a igualdade jurídica, técnica e econômica de modo a garantir a defesa de seus interesses frente a fornecedores e entes fiscais.

Destarte, é de bom alvitre que, no protesto, decorridas 24 horas após a quitação do débito pelo contribuinte ou consumidor, o órgão público, a empresa pública, a empresa concessionária de serviços públicos, a empresa delegatária do poder público ou a empresa privada, providencie, à sua custa, a baixa de título ou documento de dívida apresentado ao cartório para protesto.

Saliente-se, portanto, que a proposição é conveniente e oportuna, porquanto reconhece a hipossuficiência de consumidores e contribuintes e, conseqüentemente, reestabelece a igualdade entre as partes credoras e devedoras no protesto extrajudicial que, em caso contrário, seriam tratadas desigualmente.

Logo, mostra-se evidente que a reforma legislativa em destaque contribuirá para garantir a igualdade entre as partes no protesto extrajudicial.

Diante do exposto, conto com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2013.

**Deputado CARLOS SOUZA**